

O presidente Itamar bem como todas as pessoas com sensibilidade social — está preocupado com a crescente participação dos mais ricos na renda nacional — e o consequente decréscimo da porcentagem que fica com os mais pobres. Com essa preocupação, os empresários do PNBE incluiram entre os objetivos da entidade buscar o aumento da participação dos assalariados no PNB.

A preocupação é justa, mas o problema não é especialmente brasileiro. A distância entre ricos e pobres aumentou na última década em quase todas as principais economias do mundo, particularmente nos Estados Unidos (22%) e na Inglaterra (11%), mas também no Japão (10%), Holanda, Austrália (8%) e na própria Suécia (4%), segundo dados de Harvard University. A única exceção significativa é a Alemanha, onde a diferença vem lentamente diminuindo em vez de aumentar.

Embora a esquerda brasileira atribua esse problema à ganância dos ricos, a questão é bem mais profunda e tem a ver especialmente com educação e treinamento para o trabalho. A automação e a informática vêm tornando cada vez menos ne-



cessários e mais marginalizados os trabalhadores sem qualificação para uso dessas ferramentas, e afetando também trabalhadores de nível médio — cujas funções vão sendo eliminadas. O crescimento da economia não vai resolver nem minorar esse problema, porque essa expansão só pode ocorrer na base da modernização dos processos, o que significa abrir espaço apenas a pessoas qualificadas.

É evidente que a ação governamental pode reduzir o problema, ou mesmo reverter a tendência, especialmente se acompanhada de uma adequada atuação das organizações empresariais e sindicais, e por isso vale a pena avaliar melhor o modelo alemão.

O principal fator do sucesso alemão em manter uma

sociedade em que as diferenças entre ricos e pobres diminuem é educação e treinamento para o trabalho, num processo que começou com Bismarck, no século passado, quando a Alemanha era um país basicamente agrícola e atrasado em relação à Inglaterra ou à França. A forma imaginada para superar esse gap foi criar um sistema educacional abrangente e profissionalizante, que continua até hoje, com cerca de 70% das crianças de 11 anos se dirigindo para as *Realschule*, onde recebem cursos técnicos e saem profissionais. Depois o sistema é completado nas empresas por meio de programas de aprendizes, que permitem aos jovens executar na prática suas profissões por três anos, ganhando salários, antes de entrar efetivamente no merca-

do de trabalho. Esse sistema educacional, somado a um sindicalismo eficiente e a leis de proteção ao trabalho, tem garantido aos trabalhadores alemães um progresso econômico contínuo.

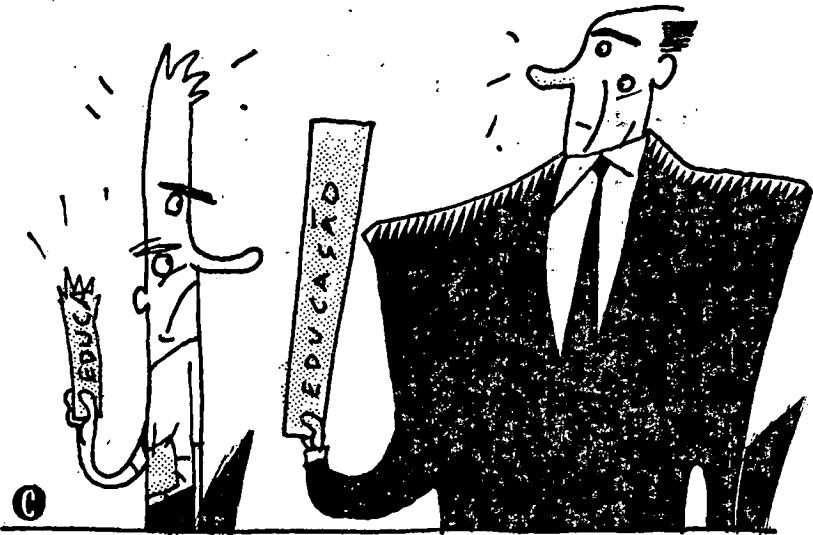
Treinar todos aqueles que chegam ao mercado de trabalho — como se faz na Alemanha — não é um programa fácil e rápido e os países desenvolvidos mostram isso. Mas é certamente o caminho mais adequado — e talvez único — para reduzir a diferença entre ricos e pobres, ou, pelo menos como primeiro objetivo, impedir que ela continue a crescer.

Um sindicalismo forte e leis de proteção ao emprego são complementos absolutamente necessários, mas não a solução do problema.

Discursos, declarações e paternalismo não resolvem o problema da crescente miséria da parcela ponderável da população brasileira, nem a diferença crescente entre ricos e pobres.

É preciso desenvolvimento, reduzir a inflação, melhorar a política e a arrecadação tributária, reduzir o excesso de regulamentação, a corrupção, a presença empresarial do Estado. Tudo isso no curto prazo.

Mas no longo prazo o nome do jogo é educação. Sem isso não há futuro.



■ Mário Ernesto Humberg, consultor de empresas, é diretor da Sociedade Brasileira de Planejamento Empresarial (SPE) e conselheiro do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).